

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA



Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin¹

Sidneya Magaly Gaya²

Resumo: O presente artigo constitui parte da pesquisa documental e bibliográfica sobre a configuração do atendimento às particularidades para a Educação de Jovens e Adultos na formação de professores em cursos de Pedagogia, em Santa Catarina, após as novas diretrizes curriculares nacionais (2005/2006) desse curso. Mediante as categorias etárias/sociais dos sujeitos a quem se destina a educação básica, consideram-se as concepções de escolarização, currículo e relações de poder com base em autores como Apple (2008), Bourdieu (1982, 1994, 1998) e Giroux (1987, 1997) e se constatou uma desigualdade valorativa nas matrizes curriculares nas proposições do atendimento formativo para os processos de escolarização básica, ao negligenciar a EJA nesse contexto.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos - Formação de Professores de Pedagogia - Currículo

Introdução

O presente texto emerge de uma pesquisa³ com o objetivo de *compreender a configuração do atendimento às particularidades para a Educação de Jovens e Adultos na formação de professores em cursos de Pedagogia*, na modalidade presencial, ofertados em instituições públicas de ensino superior e do sistema ACAFE do estado de Santa Catarina, após o contexto de promulgação/implementação das novas diretrizes curriculares nacionais (2005/2006). Para atender tal objetivo, foram realizados o

¹ Professora e pesquisadora doutora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos –EPEJA. Email: herminialaffin@gmail.com

² Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – EPEJA. E-mail: sidneyamagaly@gmail.com

³A pesquisa foi realizada por Sidneya Magaly Gaya na dissertação de mestrado intitulada *Elementos Constitutivos da e para a Educação de Jovens e Adultos na Formação de Professores em Cursos de Pedagogia em Santa Catarina*, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Dra. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin.



mapeamento e análise dos documentos das propostas e matrizes curriculares, particularmente no que se refere ao atendimento da formação de professores para a EJA, em cursos de Pedagogia, na modalidade presencial nesse estado.

A partir da realização do estado do conhecimento a respeito do tema, constatou-se a denúncia de estudiosos como Haddad (2008), Di Pierro (2005, 2010), Laffin (2006), Moura (2006, 2009) Ribeiro (2001), Soares (2006, 2006b) e Arroyo (2005) que afirmam que a Educação de Jovens e Adultos ocorre no Brasil prescindindo de formação docente específica para essa modalidade educativa. Também se constatou a pouquíssima produção de dissertações e teses sobre essa formação nos cursos de pedagogia, sobretudo, na perspectiva da pesquisa das relações entre os currículos e suas influências na manutenção das injustiças sociais.

Para aprofundar os fundamentos teóricos sobre os conceitos e papéis sociais de escolarização, formação de professores, currículo e elementos de análise sobre posições/atuações nas relações sociais de poder, no intuito de melhor compreender as relações entre a sociedade, a escolarização e a EJA, foram contributos fundamentais os estudos de Apple (2008), Bourdieu (1982, 1994, 1998), Charlot (2005), Giroux (1987, 1997), Valle (2011) e Freire (1979, 1980, 1983). Tais teóricos permitiram o desvelamento da constituição da problemática desta pesquisa nos níveis político, econômico, cultural e social, analisados na relação com os pressupostos dos pesquisadores que discutem diretamente o tema da EJA no Brasil.

Na sequência, na análise documental⁴ foram estudados como se posicionam as instituições pesquisadas em relação às orientações legais no

⁴ Para analisar os documentos selecionados optou-se também pela perspectiva da análise de discurso textualmente orientada (ADTO). Nessa perspectiva, segundo Normam Fairclough (2001, p. 91): “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Na análise do discurso, o texto é compreendido como uma prática discursiva que pode possibilitar a investigação dos fenômenos sociais. Podemos analisar os diferentes documentos na perspectiva do discurso, pois os mesmos não somente representam a realidade social, como também a constituem. Os discursos constituem modos de agir no e sobre o mundo, numa relação dialética com as dimensões sociais. Na proposição de Fairclough, a análise do discurso compreende três dimensões de análise: a) fixar o olhar nos elementos textuais, tais como aspectos de organização do texto, vocabulário, o uso gramatical,

que tange a essa modalidade educativa. Posteriormente, foi realizada a pesquisa nas páginas eletrônicas das Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de Pedagogia, associadas ao Sistema ACADE e públicas do estado de Santa Catarina, em busca de informações sobre quais cursos/instituições ofertam estudos relativos à EJA em suas matrizes curriculares.

Assim, a análise dos documentos legais e curriculares desta pesquisa orientou-se contemplando as dimensões indicadas por Fairclough (2001), focalizando os vocábulos, questões ambíguas ou contraditórias, os termos utilizados e a questão de sua intertextualidade, mediante inter-relacionar esses documentos na sua historicidade, contradição e condições de produção. Mediante esses pressupostos, destaca-se que dos 75 cursos analisados em 21 instituições, somente 13 ofertam disciplinas/estudos de EJA e nenhum oferta a habilitação para a Educação de Jovens e Adultos. Tais elementos levantados possibilitaram um recorte de instituições a serem pesquisadas, que se constituíram nas que ofertam disciplinas/estudos de EJA em suas matrizes curriculares. Dessa forma, a análise documental foi desenvolvida ainda no levantamento das treze instituições de ensino superior públicas e do sistema ACADE que ofertam o curso de Pedagogia em Santa Catarina, mapeando as propostas político pedagógicas/ projetos políticos do curso/dados do curso, matrizes curriculares e ementas dos cursos ofertados na modalidade presencial, particularmente no que se refere ao atendimento de estudos para a Educação de Jovens e Adultos na formação de professores dos cursos de Pedagogia, a partir de elementos disponibilizados nas páginas eletrônicas das Instituições pesquisadas.

Na continuidade do trabalho para análise dos documentos das propostas e matrizes curriculares, buscou-se identificar as concepções de professores e do perfil formativo. Essa etapa da pesquisa, entretanto, trouxe

coerência, coesão e sua estrutura, analisados na sua interação; b) analisar os percursos de sua produção, modos de socialização e apropriação dos textos, mediatizados pelas condições objetivas do contexto em que são produzidos; c) observar as relações de poder e de luta por uma determinada hegemonia no seu contexto de produção. (LAFFIN, 2006, p. 24)

estranhamento pelos dados levantados. Desde o início, a análise das matrizes e ementas curriculares apontou tratamento diferenciado em relação às categorias etárias/sociais representativas dos alunos da educação básica, que indicavam posição valorativa inferior aos jovens e adultos nesse contexto.

Dois elementos foram evidenciados nessa fase do processo: a) o fato de que os estudos propostos para a infância ou infância e juventude apresentavam-se em muito maior quantidade do que os mesmos estudos em relação à EJA e b) a presença em grande quantidade de disciplinas cujas nomenclaturas situavam apenas áreas de estudos sem proporem recortes etários/sociais e as suas respectivas ementas realizavam tais recortes de forma excludente, aos sujeitos da EJA.

Ainda, mediante a constituição de categorias analíticas e empíricas investigou-se conhecer o que as instituições indicam como perfil do docente, a posição da configuração que a Educação de Jovens e Adultos assume na proposta pedagógica, as ementas das disciplinas voltadas à EJA, sua carga horária e fase/ano em que são trabalhadas e quais saberes representam o conjunto para a formação no campo da EJA.

Assim, para a realização desta pesquisa, que se constituiu no campo do currículo, tomaram-se para a construção de categorias analíticas e empíricas as contribuições de Apple (2008), quando a esse respeito, esse autor afirma a necessidade de pensar os elementos curriculares de forma relacional e “[...] procurar sutis conexões entre fenômenos educacionais, tais como o currículo e os resultados sociais e econômicos latentes da instituição” (APPLE, 2008, p. 69). Desse modo, com base nas proposições desse autor, buscaram-se situar na análise dos dados os valores atribuídos nos documentos das instituições que identificam categorias de sujeitos. Tal apresentação discursiva possibilita a análise do estudo considerando as categorias filosóficas como maneiras de percepção “[...] que reificam ou coisificam os indivíduos de maneira que (os educadores) confrontam os alunos como abstrações institucionais mais do que como pessoas concretas com quem têm laços reais no processo de reprodução cultural e econômica” (APPLE, 2008, p.183). Ainda

segundo Apple, “[...] tais categorias devem ser tratadas como dados historicamente condicionados, não como dados absolutos.” E, assim “[...] apontam para a necessidade de serem entendidas pelo que são – categorias desenvolvidas a partir de determinadas situações sociais e históricas que se confrontam a determinado modelo de pressupostos e instituições” (APPLE, 2008, p. 183 - 184).

Nesse sentido, ao situar as categorias representativas sobre os sujeitos constitutivos da educação básica, a partir da destinação de estudos e/ou disciplinas que identificam o foco na Educação de Jovens e Adultos ou sua ausência na construção discursiva dos documentos, busca-se identificar a “[...] atribuição de valores e categorias [como formas de considerar] um dos meios bastante significativos pelos quais os alunos estejam cultural e economicamente estratificados” (APPLE, 2008, p. 180). Ainda, tal discursividade permite compreender as concepções de docência e seu perfil formativo no conjunto das instituições, assim como o estabelecimento relacional das diferentes categorias captadas nos dados empíricos.

Desse modo, neste texto apresentam-se elementos referentes à análise dos documentos das treze instituições em que os cursos de Pedagogia em Santa Catarina ofertam estudos de EJA, focando a distribuição organizativa dos saberes do campo da EJA levantados nas matrizes curriculares dos cursos de pedagogia analisados e a configuração do conjunto formativo dos saberes do campo da educação de jovens e adultos nos cursos analisados.

O contexto da pesquisa

No contexto da configuração das instituições catarinenses que ofertam curso de Pedagogia em Santa Catarina, na modalidade presencial analisam-se a seguir tais cursos que remetem, portanto, ao foco desta pesquisa: a delimitação nos estudos do campo de Educação de Jovens e Adultos nesses cursos. Há instituições que ofertam o Curso de Pedagogia em várias cidades, o que demandou verificar se o projeto pedagógico e a matriz curricular são os

mesmos. Ao aprofundar na pesquisa a análise das instituições catarinenses, compostas pelo Sistema ACADE⁵ e pelas instituições públicas⁶ federais de Santa Catarina, das 21 instituições⁷, constatou-se que apenas 13 ofertam elementos relacionados à Educação de Jovens e Adultos em 24 campi com cursos de Pedagogia ofertados por essas instituições em diferentes cidades, na modalidade presencial, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Oferta de formação em EJA pelas Universidades de Santa Catarina

	Universidades	Número de campi que ofertam o Curso de Pedagogia ⁸	Horas/disciplinas oferecidas em EJA.
1	UNIFEBE	1	1 disciplina obrigatória de 30 horas e 75 de estágio.
2	UNC	2	1 disciplina obrigatória de 45 horas.
3	UNOCHAPECÓ	1	2 disciplinas obrigatórias somando 60 horas e 2 disciplinas eletivas 75 horas.
4	UNESC	1	1 disciplina e 1 estágio com carga horária não informada.
5	UDESC	1	1 disciplina não obrigatória de 54 horas.
6	UNOESC	9	1 disciplina obrigatória de 45 horas.
7	UNIDAVI	1	1 disciplina obrigatória de 90 horas.
8	USJ	1	3 disciplinas obrigatórias somando 144 horas e 1 estágio de 108 horas.

⁵ Sistema ACADE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais - compõe-se de 17 universidades: FURB, UDESC, UNC, UNESC, UNERJ, UNIBAVE, UNIDAVI, UNIFEBE, UNIPLAC, UNISUL, UNIVALI, UNIVILLE, UNOCHAPECÓ, UNOESC, USJ, BOM JESUS/IELUSC, UNIARP.

⁶ São elas: a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, o IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina e a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

⁷ A partir de consulta realizada à página eletrônica da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACADE em setembro de 2011, atualmente a ACADE conta com 17 Instituições de Ensino Superior: BOM JESUS/IELUSC - Associação Educacional Luterana, FURB - Universidade Regional de Blumenau, a UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque, UnC - Universidade do Contestado, UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, a UNERJ - Centro Universitário de Jaraguá do Sul, UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville, a UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense, UNIBAVE - Centro Universitário Barriga Verde, UNIDAVI - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, USJ - Centro Universitário Municipal de São José e UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina. Além dessas, esta pesquisa seleciona mais quatro Instituições de significativa importância, públicas, que por serem federais, não compõem o sistema ACADE. A UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina criada pelo Decreto 3.849, de 18 de dezembro de 1960, o IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina criado pela Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, a UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009 e o Instituto Federal Catarinense criado pela Lei nº 11.892/08.

⁸ Nas instituições em que há cursos em várias cidades, a matriz curricular mantém-se a mesma, quando há oferta de estudos da EJA.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL
DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Sidneya Magaly Gaya

9	UNISUL	2	2 disciplinas, núcleo orientado, carga horária não informada.
10	UFSC	1	1 disciplina obrigatória de 72 horas, 1 disciplina de 54 horas em núcleo obrigatório, mas área opcional
11	UFFS	2	1 disciplina obrigatória de 60 horas.
12	UNIPLAC	1	1 disciplina obrigatória de 120 horas.
13	IFC	1	1 disciplina obrigatória de 60 horas.
	Total	24	

Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponíveis nas páginas eletrônicas das universidades, 2012.

Quantitativamente, os documentos obtidos na pesquisa definiram-se em: treze matrizes curriculares, oito ementas de diferentes instituições, três PPPs (Projeto Político Pedagógico), três PPCs (Projeto Pedagógico dos Cursos)⁹, dois Dados do Curso¹⁰ e quatro questionários respondidos.

Em relação à EJA nas matrizes curriculares, ementários e planos de ensino, disponíveis na página foram analisados os seguintes elementos: a *presença ou a ausência de componentes relativos ao estudo da Educação de Jovens e Adultos relacionados à carga horária, fase do curso e créditos das respectivas disciplinas e os aspectos de posição e valoração, retratados pela ausência discursiva desses componentes.*

A configuração de tal valoração e importância é analisada também a partir da comparação entre a proposição de estudos que identifiquem a *Educação de Jovens e Adultos*, em relação àqueles que identificam os demais sujeitos da educação básica, *nas categorias infância, ou infância e juventude ou ainda infância e adolescência.*

Assim, é também problematizada a situação destas proposições de estudos, presentes quando a nomenclatura da disciplina não propõe o recorte que especifique a categoria etária/social de estudantes a serem representados e, por outro lado, quando a ementa realize esse recorte, excluindo a EJA no sentido de que tal conduta possa contribuir com o processo analisado por Apple (2008, p. 180), de atribuição de categorias e valores contributivos para a

⁹ Os documentos orientadores que identificavam a proposta político-pedagógica dos cursos receberam nomenclaturas e estruturas diferentes, nas várias instituições.

¹⁰ Algumas instituições disponibilizam publicamente em suas páginas eletrônicas seus Projetos Político-Pedagógicos, outras, Projetos Políticos do Curso e outras ainda, dados do Curso. Ainda que tenham sido feito contatos telefônicos seguidos de correspondências virtuais com a solicitação desses documentos, os mesmos não foram enviados para participar da pesquisa.

legitimação da situação de opressão e exploração social dos jovens e adultos não escolarizados.

A apresentação da análise das disciplinas ocorreu na seguinte ordem: primeiro são apresentadas as disciplinas em que foram identificados estudos *relativos a categorias como infância, juvenildade, adolescência, excluindo a EJA*. Na sequência, foram demonstradas as *disciplinas que apresentam estudos que tenham relação com temáticas pertinentes à EJA, ainda que não situem tais elementos de forma intencional e direta*. Por fim, as disciplinas que *abordam afirmativamente estudos de EJA*. Foi também observada a soma de créditos/horas aula relativos às categorias infância/criança, adolescência/juvenildade que excluam a EJA e tal soma será comparada com a totalidade de créditos/horas aula relativos às categorias jovem, adulto e/ou idosos, no intuito de estabelecer como se situam tais categorias na relação de forças, de distribuição de recursos, de representação de valor, nas instituições.

As disciplinas por Recorte Etário nas Matrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia Analisados

A seguir apresentam-se dois quadros demonstrativos da configuração das disciplinas estudadas na pesquisa e suas cargas horárias, nas diferentes instituições, que tomam como foco estudos que identificam discursivamente os Sujeitos e Categorias Etárias/Sociais, a quem se destinam a formação para a docência nos cursos das instituições investigadas.

Inicialmente, identifica-se o conjunto de noventa disciplinas (quadro n. 2) que situam o foco de estudos apenas no campo da infância/crianças, as quais estão em maior número representativo, e algumas delas também debatem a questão da juventude e adolescência.

QUADRO 2: Disciplinas que ofertam estudos a categorias etárias, excluindo a EJA.

Instituição/Carga horária total	Horas/ aula	Disciplinas/ Estudos no conjunto das que excluindo a EJA
UFSC 1764	54	1. <i>Educação e Sociedade I</i>
	72	2. <i>Filosofia da Educação I</i>
	54	3. <i>Educação e infância II</i>

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Sidneya Magaly Gaya

46

	72	4. <i>Filosofia da Educação II</i>
	54	5. <i>Educação e Trabalho</i>
	36	6. <i>Educação e Infância III</i>
	54	7. <i>Linguagem Escrita e Criança</i>
	72	8. <i>Educação e Infância IV</i>
	54	9. <i>Alfabetização</i>
	90	10. <i>Ciências, Infância e Ensino</i>
	72	11. <i>Educação Matemática e Infância</i>
	72	12. <i>Educação e Infância V</i>
	72	13. <i>Organização dos Processos Educativos na Educação Infantil I</i>
	72	14. <i>Literatura e Infância</i>
	90	15. <i>Geografia, Infância e Ensino</i>
	90	16. <i>História, Infância e Ensino</i>
	54	17. <i>Educação e Infância VI</i>
	72	18. <i>Organização dos Processos Educativos na Educação Infantil</i>
	54	19. <i>Língua Portuguesa e Ensino</i>
	72	20. <i>Infância e Educação do Corpo</i>
	216	21. <i>Educação Infantil VII: estágio em Educação Infantil</i>
	72	22. <i>Educação e Comunicação</i>
	144	23. <i>Educação e Infância VIII</i>
UDESC 216	72	24. <i>Psicologia e Educação: relações históricas e epistemológicas</i>
	72	25. <i>Sociologia e Educação</i>
	72	26. <i>Psicologia e Educação</i>
UFFS 216	72	27. <i>Política educacional e legislação da educação infantil e ensino fundamental</i>
	72	28. <i>Literatura infantil e juvenil</i>
	72	29. <i>Ensino de artes: conteúdo e metodologia</i>
USJ 324	72	30. <i>Fundamentos da Educação Infantil</i>
	72	31. <i>Lúdico, Interação e linguagem na Educação Infantil</i>
	72	32. <i>Cotidiano e Prática Pedagógica: na Educação Infantil</i>
	108	33. <i>Estágio Curricular na Educação Infantil</i>
UNO CHAPECÓ 180	60	34. <i>História Social da Infância</i>
	45	35. <i>Arte – Educação na Infância,</i>
	45	36. <i>Ludicidade na Educação Infantil,</i>
	30	37. <i>Sexualidade Infantil e Educação</i>
UNESC 522	72	38. <i>Fundamentos das Linguagens Artísticas</i>
	72	39. <i>Literatura infanto-juvenil</i>
	72	40. <i>Teorias e Saberes da infância</i>
	72	41. <i>Psicologia da Aprendizagem</i>
	72	42. <i>Processos Pedagógicos da Organização curricular da Educação infantil</i>
	90 ¹¹	43. <i>Estágio Supervisionado I</i>
	72	44. <i>Políticas, Normas e Educação como direito universal</i>

¹¹ Carga horária não disponível na página eletrônica, mas deduzida do conjunto de créditos da disciplina no curso. Foi deduzida a partir da informação do total de cinco créditos.

**ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL
DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA**

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Sidneya Magaly Gaya

UNIDAVI 486	36	45. <i>Distúrbios de Aprendizagem</i>
	90	46. <i>Textualidades Literárias</i>
	90	47. <i>Desenvolvimento Infantil</i>
	90	48. <i>Metodologia da Educação Infantil</i>
	90	49. <i>Jogos e brincadeiras na Infância</i>
	90	50. <i>Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil</i>
UNISUL 576	72	51. <i>Fundamentos Históricos Políticos e Legais da Educação na Infância</i>
	72	52. <i>Linguagem e Infância II</i>
	72	53. <i>Linguagem e Infância III</i>
	72	54. <i>Estágio Supervisionado em Educação Infantil I</i>
	72	55. <i>Linguagem e Infância IV</i>
	72	56. <i>Estágio Supervisionado em Educação Infantil II</i>
	72	57. <i>Literatura Infantil</i>
	72	58. <i>Mídia, Infância e Educação</i>
IFC 135	60	59. <i>Infância e Educação</i>
	75	60. <i>Estágio Supervisionado – Educação Infantil</i>
UNIPAC 240	60	61. <i>Pensamento, Linguagem e Desenvolvimento Humano</i>
	30	62. <i>Literatura Infantil</i>
	150	63. <i>Módulo Integrador - Infância e Educação</i>
UNIFEBE 495	30	64. <i>Antropologia e Educação</i>
	30	65. <i>Fundamentos da Educação Infantil</i>
	30	66. <i>Investigação Pedagógica: Fundamentos da Educação Infantil</i>
	30	67. <i>Conteúdos Básicos Da Educação Infantil I</i>
	30	68. <i>Investigação Pedagógica: Educação Infantil I</i>
	75	69. <i>Projeto Acadêmico Interdisciplinar III</i>
	30	70. <i>Conteúdos Da Educação Infantil II</i>
	30	71. <i>Investigação Pedagógica: Educação Infantil II,</i>
	75	72. <i>Projeto Acadêmico Interdisciplinar IV</i>
	75	73. <i>Estágio Supervisionado I: Educação Infantil</i>
	30	74. <i>Investigação Pedagógica: Literatura Infante-Juvenil</i>
	30	75. <i>Literatura Infante-Juvenil</i>
UNC 90	30	76. <i>Fundamentos Da Literatura Infantil</i>
	60	77. <i>Fundamentos e Metodologia da Educação</i>
UNOESC 705	45	78. <i>Infância e Desenvolvimento</i>
	45	79. <i>Ludicidade e Educação</i>
	60	80. <i>Alfabetização e Letramento I</i>
	60	81. <i>Fundamentos Neurobiológicos da Aprendizagem</i>
	60	82. <i>Estudos Teórico-práticos da Literatura Infantil</i>
	60	83. <i>Fundamentos da Educação na Infância</i>
	60	84. <i>Estudos Teórico-práticos da Educação na Infância</i>
	60	85. <i>Prática e investigação educativa na educação infantil</i>
	30	86. <i>Teórico-práticos do Ensino de Ciências II</i>
	90	87. <i>Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil</i>
	30	88. <i>Estudos Teórico-práticos do Ensino de Ciências II</i>
	45	89. <i>Estudos Teórico-práticos do Ensino da Educação Física</i>

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Sidneya Magaly Gaya

	60	90. <i>Estudos Teórico-práticos do Ensino da História</i>
Total	5949	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada, 2012.

Já aquelas que situam estudos no campo da EJA nos cursos investigados totalizam um conjunto de trinta e seis disciplinas, conforme Quadro n.3. Tal distribuição de oferta de estudos sobre os sujeitos da escolaridade evidencia também, do ponto de vista das instituições universitárias, formadoras de educadores, um determinado estado de “atribuição de valores e categorias”, relativo à posição da EJA, e conseqüentemente aos sujeitos jovens e adultos ainda não escolarizados, nesse contexto formativo.

Quadro 3: Relação de disciplinas que ofertam estudos sobre EJA por instituições, carga horária, créditos e fase do curso.

Instituição/ total horas aula	Disciplina	C a r g a H o r á r i a	C r é d i t o s	Fa se do Cu rso	Obriga tória /Optati va
UFSC 216 ob 45 op	Psicologia da Educação	72	4	1	ob
	Didática II	72	4	4	ob
	Educação de Jovens e Adultos	72	4	6	ob
	Educação de Jovens e Adultos (NADE)	45	3	---	op
UDESC 486 ob	Psicologia e Educação	72	4	3	ob
	Organização e Gestão da Educação Infantil, Anos Iniciais e EJA	72	4	3	ob
	Estágio Curricular Supervisionado I	36	2	3	ob
	Teatro e Ensino	36	2	4	ob
	Alfabetização e Letramento: métodos de alfabetização	90	5	5	ob
	Estágio Curricular Supervisionado III	36	2	5	ob
	Educação e Juventude	72	4	6	ob
UFFS 216	Matemática e Ensino	72	4	6	ob
	Alfabetização: teoria e prática I	72	4	4	ob
	Ensino de história: conteúdo e Metodologia, Ação pedagógica em educação de jovens e adultos	72	4	8	ob
USJ 168	Educação de Jovens e Adultos:	72	4	9	ob
	Docência na EJA I (Educação de Jovens e Adultos)	32	6	5	ob
	Docência na EJA II (Educação de Jovens e Adultos)	32	6	7	Ob
	Estágio Curricular na Educação de Jovens e Adultos	32	6	8	Ob
UNOCHAPECÓ 45 ob 15 p	Seminário Educação de Jovens e Adultos	15	1	8	Sem informaçã o
	Educação de Jovens e Adultos	45	3	7	ob
UNESC	Processos Pedagógicos da Educação de Jovens e	72	4	6	ob

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA

Maria Herminia Lage Fernandes Laffin
Sidneya Magaly Gaya

180	Adultos				
	Estágio Supervisionado III	108	6	7	ob
UNIDAVI 180	Educação de Jovens e Adultos:	90	5	8	ob
	Humanidade, Educação e Cidadania:	90	5	8	ob
UNISUL 144 op	Alfabetização e Políticas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil	72	4	—	op
	Propostas pedagógicas e metodológicas para educação de jovens e adultos	72	4	—	op
IFC 60 b	Educação de Jovens e Adultos	60	4	7	ob
UNIPLAC 120	Módulo Integrado - Educação e Inclusão	120	8	4	ob
UNIFEBE 285	Psicologia do Desenvolvimento	60	4	4	ob
	Didática I:	60	4	2	Ob
	Alfabetização e Letramento,	60	4	5	ob
	Estágio Supervisionado III: Educação De Jovens E Adultos:	75	5	7	ob
	Investigação Pedagógica: Educação de Jovens e Adultos:	30	2	7	ob
UNC 45 b	Educação de Jovens e Adultos	45	3	7	Ob
UNOESC 45 ob	Estudos Teórico-práticos da Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos	45	3	8	ob
TOTAL	2046 horas de disciplinas obrigatórias e 204 optativas				

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada, 2012.

Desse modo, depreendem-se elementos discursivos, constituídos (e potencialmente reprodutores) no bojo de uma sociedade que trata seus sujeitos de modo a reproduzir relações de classes, estruturalmente configuradas em relações de exploração e opressão. Tais elementos configuram-se na condição possibilitada aos sujeitos da EJA em relação aos seus direitos à escolarização e, conseqüentemente aos recursos que lhes são permitidos para reivindicar contribuições de conquistas cidadãs e humanas. Para tanto, a análise considera que esses elementos como instrumentos significativos de estratificação cultural e econômica a serem usados em relação aos alunos [sujeitos da escolaridade] (APPLE, 2008, p. 180).

A soma total das horas de estudos destinadas para a *educação de jovens e adultos* nas treze instituições analisadas é de 2046 horas/aula de disciplinas obrigatórias e 204 optativas, enquanto aquelas destinadas às *categorias etárias/sociais respectivas à infância e juventude* somam uma carga horária total de 5949 horas/aula. Não foi possível fornecer a carga horária total dos cursos analisados, porque algumas instituições não disponibilizaram suas totalizações de cargas horárias nas páginas e nem as enviaram para a

pesquisa. A diferença de tratamento dado às categorias jovem e adulto em relação às demais categorias representativas (por especificidades etárias/sociais) dos estudantes da educação básica, nas instituições analisadas, ainda mais se evidencia nessa posição valorativa.

Entretanto, observa-se que as disposições dos estudos no campo da Educação de Jovens e Adultos variam bastante entre as instituições, conforme se constata no quadro 12. Registra-se, por exemplo, a UDESC, com 486 horas/aula de disciplinas obrigatórias enquanto a UNC e a UNOESC, por exemplo, apresentam 45 horas/aula de disciplinas obrigatórias.

A presença de estágios supervisionados que consolidem os estudos voltados para a Educação de Jovens e Adultos, também só se apresenta em quatro instituições: a UDESC, a USJ, a UNESC e a UNIFEBE.

Tais constatações seguem na linha de pesquisa desenvolvida por Moura (2001), que afirma que “[...] o processo de formação dos professores para a Educação de Jovens e Adultos continua a ser um dos maiores desafios para a educação brasileira e principalmente para os próprios educadores”. A autora também afirma a desconsideração e negação dessa realidade, por parte do sistema educacional no país. (MOURA, 2001, p. 105).

Algumas considerações

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa emergem de uma investigação que toma inicialmente setenta e cinco cursos de Pedagogia em vinte e uma instituições catarinenses, regulamentadas e consolidadas ao longo dos anos, que ofertam cursos de Pedagogia e que, portanto, registram acompanhar os avanços legais e teóricos que se posicionam em defesa de todos os estudantes da educação básica.

Pressupõe-se que tais instituições tenham acompanhado, por exemplo, o PNE¹², instituído em 2001, em nível nacional, cujos objetivos e prioridades apresentados incluem: “[...] a elevação global do nível de escolaridade da

¹²PNE - Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 10.172/2001.

população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.” E, ainda, ao se comprometer com a “erradicação” do analfabetismo, inclui a oferta da garantia do “[...] ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.” (BRASIL, 2001).

Por sua vez, reitera-se a proposição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia¹³, que em sua Resolução, em seu Artigo 4º, indica: “As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:”

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como **daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;**

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de **sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;** (BRASIL, 2005, p. 2, grifo acrescentado)

Assim, esta pesquisa ao analisar como se configuram as categorias jovens e adultos, e sua posição valorativa em relação às demais categorias representativas dos sujeitos/estudantes que compõem a educação básica, leva em conta os estudos de Apple apoiados em Young (1971) que abordam a necessidade de investigar a “[...] relação dialética entre o acesso ao poder e a oportunidade de legitimar determinadas categorias dominantes”, e conclui que os processos de escolarização tais como estão sendo desenvolvidos no contexto analisado negam, na maior parte das vezes, aos sujeitos jovens e adultos não escolarizados condições de acesso ao poder ao mesmo tempo em que legitimam essa condição.

E, ainda ao investigar, nessa perspectiva “[...] os processos pelos quais a disponibilização de tais categorias a alguns grupos capacita-os a afirmar seu poder e controle sobre os outros” (APPLE, 2008, p. 66), conclui que os jovens e adultos a quem a educação básica atende, encontram na escolarização e nos

¹³ Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia instituídas pelo Parecer nº 5/2005 por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

modelos de formações de professores, elementos de apoio, contributivos à sua posição enquanto objeto de afirmação de poder e controle por parte dos grupos sociais dominantes.

Ao analisar o Quadro nº 2 é importante também considerar que, quando a nomenclatura das disciplinas ali apresentada não especifica recorte etário para os estudos, tal recorte faz-se na ementa. A proposição declarada nas nomenclaturas das disciplinas, não situando especificidade etária para o estudo, sugere que tal estudo contemple igualmente todos os estudantes constitutivos da educação básica, e não apenas determinada(s) categoria(s) a quem se destina essa formação. Ao detalhar tais estudos e situar um recorte etário, que contemple apenas alguns estudantes da educação básica – as crianças e jovens, em detrimento de outros, reforça ainda mais, neste processo a exclusão de indivíduos e grupos que têm sido historicamente excluídos – jovens e adultos (pelas políticas públicas, pelas práticas institucionais, pelo senso comum constituído pela prática recorrente). Pode-se inferir que tal conduta contribua com a permanência das condições de opressão e exploração em que vivem tais indivíduos e grupos. Sobretudo, ao considerar-se a posição da escola, tal como definida por Vale, (2010, p. 90), como, talvez a única instituição social, ainda aberta ao debate, à pesquisa, à discussão e, portanto, potencial espaço de construção, reconstrução e socialização de saberes com o intuito de transformação social e emancipação humana.

Longe de desmerecer ou questionar a importância dos estudos voltados para a infância, o objetivo é de melhor compreender o *status* ocupado pelas categorias jovens e adultos, enquanto estudantes da educação básica nos currículos de formação de professores da educação básica. Já que tais categorias enraízam-se nas constituições curriculares desde suas produções discursivas e acabam influenciando aplicações concretas no cotidiano da formação. Assim, tais produções discursivas configuram-se entre os educadores como pressupostos que são compreendidos como *dados*, como informações, e verdades únicas e absolutas que possam se constituir e enfocar “[...] a significação latente de muitas coisas” feitas sem questionar, nas escolas



e nos âmbitos do ensino superior. Tais pressupostos ainda proporcionam a lógica fundamental que organizam a atividade e frequentemente atuam como orientação tácita determinando o sucesso ou o fracasso dos procedimentos educacionais. (APPLE, 2008, p. 175).

Percebe-se assim uma desigualdade valorativa que se denuncia no conjunto discursivo das propostas pedagógicas e matrizes curriculares nas proposições do atendimento formativo para os processos de escolarização básica, ao negligenciar a Educação de Jovens e Adultos nesse contexto. Essa constatação demonstra uma tendência à naturalização de que determinados estudos fundamentais na formação de professores, nesse caso, relativos à EJA, não sejam valorativamente significados, no âmbito da educação básica. Tal naturalização torna-se mais grave ao inserir-se no contexto sócio-histórico brasileiro que registra desde sua colonização até o presente momento processos de exploração econômica e opressão social em relação a determinados grupos sociais. Realizados tais processos, por meio, inclusive das formas vigentes de escolarização, que da maneira como se estrutura e se articula, produzem e reproduzem as condições de dificuldades à conclusão da escolarização básica a esses grupos sociais. Embora, através da história, esses processos tenham ocorrido de forma desigual faz-se importante enfatizar que os avanços registrados, no sentido de conquista de direitos sociais e humanos dos grupos oprimidos, ocorreram a partir de mobilizações e pressões sociais.

Se hoje se identifica um lugar para o campo da Educação de Jovens e Adultos nos cursos de Pedagogia, situado pelos documentos legais e por algumas instituições de ensino superior, tal lugar ainda tem sido reservado parcial e irregularmente de maneira concreta nos documentos das Instituições de Ensino Superior que formam para a atuação de professores da educação básica. Por outro lado, se as orientações legais deliberam que as IES ofertem estudos para essa modalidade educativa e as IES não o fazem, a contradição apresentada configura uma concepção dessas IES sobre o valor e a

importância de estudos sobre a EJA na formação de professores da Educação Básica.



Por fim reitera-se que a prerrogativa da formação de professores deve contemplar igualmente a preparação para atuar nas diversas modalidades de ensino e com todos os sujeitos situados nas diferentes classes sociais que compõem a educação básica, de “[...] modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando” (LDBEN, 1996). Tal prerrogativa deveria ser pauta de constituição de políticas públicas por parte do estado e pauta de constituição de currículos por parte das Universidades, por sua reconhecida condição de locus por excelência de produção, crítica e socialização de conhecimentos e de formação docente.

Referências

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP n.º 5, de 13 de dezembro de 2005**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: março de 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 3/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília: CNE, 21 de fevereiro de 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001 de 9/01/2011**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 12 de março de 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.



BRASIL. **Lei nº 10.172/2001 de 9/01/2011**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 12 de março de 2011.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação de Professores e Globalização**. Questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Nov. 2012.

DI PIERRO, Maria Clara. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. *In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, Oct. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Nov. 2012.

DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>> Acesso em: 16 ago. 2008.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e Mudança Social**. Coord. Magalhães *et al.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

GAYA, Sidneya Magaly. **Elementos Constitutivos da e para a Educação de Jovens e Adultos na Formação de Professores em Cursos de Pedagogia em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2012.

GIROUX, Henry. **Escola Crítica e Política Cultural**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GIROUX, Henry. **Professores como intelectuais**. Rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, n. 14. São Paulo, 2000, p.108 a 130 Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27501407.pdf> . acesso em outubro de 2012.

HADDAD, Sergio; Ximenes, Salomão. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB: um olhar passados dez anos. *In* **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos**. Tese de doutorado. Florianópolis: CED/UFSC, 2006. v. 1. 216p. Disponível em <http://www.ppgeufsc.com.br/tese_di_detail.php?id_tese_di=10>. Acesso em: 25 abr. 2010.

MOURA, Tânia Maria de Melo. A (de) formação do alfabetizador: uma das causas pedagógicas do analfabetismo? *In*: FREITAS, A. F. R. de. **Currículo e cultura no ensino fundamental de jovens e adultos**. III Seminário Municipal de EJA. Maceió, 2001.

MOURA, Tânia Maria de Melo. (Org.). **A formação de professores(as) para a educação de jovens e adultos em questão**. Maceió: Edufal, 2006.

MOURA, Tânia Maria de Melo. (Org.). **A formação de professores para a EJA: dilemas atuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, Tânia Maria de Melo. Formação de educadores de jovens e adultos: realidades, desafios e perspectivas atuais. *In*: **Práxis Educacional**. Vol. 5, nº 7 Bahia: 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/issue/view/26> Acessado em janeiro de 2011.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**. v. 21, n. 55, Campinas, nov. 2001. Disponível em: [HTTP://scielo.com.br](http://scielo.com.br)
SOARES, Leôncio. (Org.). **I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. 1 ed. Belo Horizonte; Brasília: Autêntica; MEC/SECAD; UNESCO, 2006.

SOARES, Leôncio. **O educador de jovens e adultos em formação**. *In*: REUNIAO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006. Anais eletrônicos. Caxambu: 2006b. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 12 de 2010.

VALLE, Ione Ribeiro. **Sociologia da Educação**. Currículo e saberes escolares. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

YOUNG, Michael. Knowledge and Control. London: Collier-Macmillan, 1971. *In*: APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

**ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO INICIAL
DOCENTE EM CURSOS DE PEDAGOGIA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA**

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Sidneya Magaly Gaya

- * Recebido em Maio de 2013.
- * Aprovado em junho de 2013.